

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Promessas sócráticas...

Assistimos nesta semana a mais um belo episódio da vida socialista: o cair das promessas eleitorais!

Com alguns meses de antecedência face ao Outono, os socialistas brindaram-nos com uma antecipada desfolhada. Promessa atrás de promessa, todas vão caindo sem pudor, revelando a desavergonhada nudez da realidade sócrática.

Infeliz de quem ainda acreditou no PS de Sócrates, julgando ver nele a coragem e a determinação dos grandes líderes e um Homem de Estado. Aqui está o homem, reduzido à sua mais pálida verdade: o sócia menor do guterrismo.

Foram os Hospitais que se faziam, que deixaram de se fazer e que se vão afinal estudar... Foram os impostos que não se subiam e que afinal se sobem em catadupas.... São os constrangimentos na função pública, com o licenciamento antecipado e a suspensão da progressão...etc., etc.....

Só uma promessa ainda não caiu! As SCUT mantêm-se sem portagens. Que grande medida social e de esquerda, pagam todos, pobres e ricos, para benefício de alguns. Pagam todos os portugueses, para os poucos que usam as auto-estradas em regime de SCUT. Que grande estadista socialista!

Bom mesmo, foi ver o silêncio comprometido da bancada socialista ao anúncio do fim das pensões antecipadas para os políticos e dos benefícios para os gestores públicos.... Que belo momento de solidariedade socialista e de compreensão pelo esforço pedido aos portugueses.

Falta-nos ainda ver as medidas anunciadas em concreto, traduzidas em medidas legislativas. E é preciso estarmos atentos ao que aí vem, pois o Governo não é de fiar.

Não me admiraria ver medidas anunciadas com tanta pompa e circunstância por Sócrates, serem relegadas para anos futuros, diminuídas e tornadas irrelevantes, face às críticas dos seus pares, deputados, gestores e colegas de Governo. Afinal, estão à porta as eleições autárquicas e presidenciais. Porque será que várias medidas propugnadas por vários economistas não foram ainda anunciadas na esfera da contenção da despesa pública, sabendo-se que é aí que está o cerne da redução do défice e não nos aumentos da receita?

Marques Mendes bem tem desafiado Sócrates para anunciar os cortes que pretende fazer na despesa, no orçamento das autarquias, nos serviços públicos. Sempre sem resposta.

Como dizia outro socialista, "pergunto ao vento que passa/ notícias do meu País/ e o vento cala a desgraça/ o vento nada me diz..."

Assim vamos com as promessas sócráticas!

Luis Marques Mendes na Assembleia da República



exerce crítica didáctica ao Governo do PS

• O PSD no Parlamento

Página 6

• O PSD no Parlamento Europeu

Página 9

• Autárquicas 2005: novas candidaturas

Página 15



Marques Mendes apresenta sugestões construtivas e com sentido de Estado recebidas com evasivas do Governo

No dia 25, a Assembleia da República foi palco do segundo debate mensal do Primeiro-Ministro com os partidos representados no Parlamento.

José Sócrates tinha já anunciado a revelação de medidas extraordinárias, ante a situação difícil que Portugal atravessa, quer na situação económica, quer no sistema financeiro do Estado, após a revelação do relatório Constâncio, que atribuía ao défice previsto para este ano, um valor de quase 7 por cento. Esperavam-se aumentos de impostos e outras medidas que certamente seriam recebidas com certo descontentamento geral, principalmente após as reiteradas afirmações do chefe do Governo de que não tinha qualquer intenção de aumentar a carga fiscal dos portugueses, já tão sacrificados.

Na verdade, o cálculo de Constâncio e da sua comissão – que, note-se, é feito sobre previsões do défice, se nada for feito sobre a situação actual, até ao fim do ano – ignora as medidas correctivas que o anterior Governo previa e anula verbas da receita que eram previsíveis na altura da aprovação do Orçamento.

Acontece que todos estes números eram do perfeito conhecimento do Governo socialista e consequentemente, as manifestações de surpresa de José Sócrates são, à partida, passíveis de interpretação política e não financeira, pois a apresentação de uma situação muito má, vem dar cobertura a medidas impopulares, lançando o ónus da culpa sobre os seus antecessores e ignorando as causas profundas e anteriores de toda a situação.

Assim, a afirmação reiterada – e que foi o “leitmotiv” de todo o discurso do chefe do Governo – que a cada passo repetia o número «6,8 por cento», com qualificações que lançavam acusações implícitas de desonestidade e embuste sobre o Governo anterior, é facilmente interpretada como uma forma de apresentar como grande triunfo, no final do ano, uma pequena redução do número real, enquanto o odioso das restrições é atirado para a anterior maioria.

Após o debate, a Comunicação Social, na mesma linha de parcialidade, que maioritariamente tem vindo a seguir nos últimos anos,



poucos ou nenhuns comentários desfavoráveis fez à actuação socialista, passando por alto a desmontagem dos argumentos governamentais e as suas evidentes fraquezas e desvios da realidade. Se fosse ao contrário, que alarido poderia ter sido lido, ouvido e visto nos dias seguintes...

Mas não! Um silêncio pactuante foi a regra. Aliás, já a isso estamos habituados.

Entretanto, cabe-nos registar a argumentação do líder e deputados do PSD que falaram, com um eco esbatido pela Informação que temos. Depois das afirmações iniciais de José Sócrates, falou Marques Mendes, o nosso Presidente, que disse, após cumprimentar a Câmara:

(...) Passado o período de campanha eleitoral, fértil em promessas e em declarações de outra natureza, e decorridos dois meses e meio sobre a sua tomada de posse, parece que o Governo começa finalmente a governar.

Congratulo-me com isso! A verdade é que o País precisa mesmo que o Governo comece a governar. Cada dia perdido é uma dificuldade acrescida e é um problema agravado.

Por isso, é positivo que o Governo comece a governar. Desde logo, é positivo que o faça enfrentando a questão, sempre delicada, séria, grave e sensível, das finanças públicas. Não estou aqui, Sr. Primeiro-Ministro, para falar do passado. O que os portugueses querem, sobretudo, é falar do futuro e das soluções para este.

Mas vale a pena, para chegar ao

futuro, perceber o breve e principal enquadramento desta questão. O problema das finanças públicas é, como todos sabemos, sério, e sobretudo, estrutural. É um problema que tem anos e leva anos a resolver. Teve um agravamento muito significativo num período muito recente – de 1996 a 2001.

Foi o período em que, como ainda recordou recentemente o Governador do Banco de Portugal, a generalidade dos países da Europa, começando pela vizinha Espanha, aproveitou a época de grande crescimento económico para fazer ajustamentos e consolidação orçamental e para reduzir o peso do Estado.

Portugal, durante esse período, é um facto objectivo, fez exactamente o contrário.

Ou seja, cresceu, aumentou e «engordou» o Estado. Assim, e em relação aos países que fizeram consolidação orçamental – e o caso mais significativo é o de Espanha – Portugal teve, a seguir, um maior desequilíbrio das finanças públicas. É um dado objectivo, que é importante para que não se repitam no futuro erros anteriormente cometidos.

Nos últimos três anos, de 2002 a 2004, em função desta situação e em função do processo instaurado por Bruxelas, houve que tomar um conjunto de medidas várias e difíceis. É certo que hoje, são muitos os que dizem que essas medidas foram insuficientes. Talvez.

Mas manda a verdade que se

recorde que todos os partidos da oposição, nesta Casa e fora dela, criticaram todas essas medidas, não por serem insuficientes, mas, sim, por serem excessivas, gravosas e exageradas.

A verdade é que a situação teria sido bem pior se não fossem essas medidas!

Este enquadramento é importante para se chegar, de facto, ao futuro. O problema existe e deve ser enfrentado por todos, a começar pelo Governo, com coragem.

E qual é a raiz do problema? É a existência de um Estado demasiado grande, um Estado que gasta demais, um Estado em que há, claramente, excesso de despesa pública. Qual tem de ser, por isso, a solução estrutural? Diminuir seriamente a despesa do Estado!

E como deve ser alcançado tal desiderato, Sr. Primeiro-Ministro?

Do meu ponto de vista, estabelecendo um programa plurianual de redução da despesa, com objectivos perfeitamente definidos a quatro ou a cinco anos. Mas, ao mesmo tempo, com plafonds anuais, ou seja, com limites, ano a ano, de crescimento da despesa em relação ao crescimento da riqueza nacional.

Julgo que este programa global e plurianual só faz sentido com o objectivo exigente e simultaneamente saudável de que, ano a ano, as despesas do Estado não cresçam acima de 50% do crescimento da riqueza nacional, da

riqueza que o País produz. Isto é,



Marques Mendes na Assembleia

queremos que haja um «tecto» previamente definido para cada ano, monitorizado e rigorosamente cumprido.

Se, por exemplo, a riqueza nacional cresce 2%, num determinado ano, a despesa não poderá ir além de um crescimento de 1%. É um critério e um objectivo exigente, mas é saudável.

Por isso é que tenho pena, Sr. Primeiro-Ministro, que, sem prejuízo do conjunto de medidas que anunciou, tenha faltado na sua intervenção a calendarização e a quantificação de objectivos neste domínio, obedecendo a uma lógica plurianual e anual, bem definida, para que possa haver monitorização e para que seja um factor de credibilidade e de disciplina para o Estado e para os agentes económicos e para a sociedade em geral.

À luz destes princípios, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que analisaremos com toda a atenção e todo o cuidado as várias medidas que apresentou.

Digo-lhe, no entanto, que teremos, perante todas estas medidas e outras, uma atitude de abertura e de compreensão por todas as iniciativas que tenham por objectivo a redução da despesa pública. Tal vale por dizer que faremos, no futuro, exactamente o contrário do que fez o Partido Socialista quando esteve na oposição. É, para nós, uma questão de coerência e de responsabilidade.

A manutenção das SCUT é um despesismo inaceitável e iníquo!

Penso, todavia, que há duas ou três omissões que me preocupam na sua intervenção. Uma delas está directamente relacionada com o cerne da questão da despesa, refiro-me à questão das SCUT, que é uma omissão grave e preocupante. Sr. Primeiro-Ministro, penso que essa é a razão da

manutenção de um despesismo que não é aceitável.

A manutenção das SCUT custa ao erário público, já este ano, 521 milhões de euros e 700 milhões de euros de 2007 a 2013. Este é um

havendo muitas decisões e medidas a tomar, os funcionários públicos são, muitas vezes, as vítimas do sistema.

Ora, enquanto o Estado, que gere o sistema, não alterar as regras do seu funcionamento, é óbvio que o

aqui a falar outra vez de mais impostos ou de mais receitas porque o problema estrutural do Estado não se resolveu. Julgo que era importante que V. Ex.^a corrigisse essa omissão.

Sr. Primeiro-Ministro, quanto à



despesismo inaceitável e é uma situação de iniquidade.

Sr. Primeiro-Ministro, pedir aos portugueses que suportem sacrifícios de mais aumentos de impostos enquanto o Estado perdoa o pagamento de portagens é dizer que o Estado não tem ética, moral ou critério de justiça!

A segunda omissão, que tem ainda hipótese de corrigir, está relacionada com o domínio da função pública.

Sem prejuízo das medidas apresentadas, que não deixaremos de analisar com o cuidado e o espírito de abertura que aqui já reafirmei, penso ser importante dar uma atenção privilegiada ao problema central da produtividade da função pública.

A verdade, neste caso, é que,

problema da produtividade e da própria motivação dos funcionários públicos não será resolvido. Assim, a reforma da Administração Pública torna-se mais complicada.

A terceira e última omissão está relacionada com um problema muito discutido no debate académico, mas pouco analisado no debate político. Um problema estrutural na despesa pública implica diminuir o Estado e rever as suas funções.

Hoje, o Estado é grande demais, é omnipresente, é Estado-Patrão, empresário, prestador, regulador e financiador. O Estado tem a tentação de intervir em tudo e acaba por não fazer bem, e sobretudo, a tempo e horas aquilo que só a ele, Estado, compete fazer.

Por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, penso que, para além de tudo quanto foi dito, há um debate político que deve ser feito relativamente a áreas, funções e sectores do Estado que, hoje em dia, com maior vantagem devem ser desempenhadas pela iniciativa privada ou pela iniciativa social.

Queria aqui, portanto, sugerir e propor que esse debate, para o qual estamos disponíveis, seja feito e que as decisões correspondentes sejam tomadas. Digo-o por uma razão simples e muito importante: é que se isto não for feito, Sr. Primeiro-Ministro, daqui a uns anos estamos

questão das receitas, aí temos uma atitude diferente, já que não podemos subscrever ou apoiar a proposta de aumento de impostos como o IVA e o imposto sobre os combustíveis. No caso dos impostos sobre o vício, não teremos objecções.

Não podemos estar de acordo no que respeita ao aumento do IVA porque, com o aumento decretado há três anos atrás, o espaço de manobra que Portugal tinha esgotou-se.

Hoje, a vizinha Espanha - e saliento que estamos numa economia global, mas, sobretudo, numa economia ibérica - tem taxas claramente inferiores às nossas. Desta forma, a competitividade das nossas empresas e da nossa economia fica ainda afectada.

E o mesmo se pode dizer quanto aos impostos sobre os combustíveis, particularmente gravoso para a competitividade dos sectores dos transportes e da indústria.

Nesta parte, concluindo com a matéria fiscal, Sr. Primeiro-Ministro, manifesto todo o apoio a medidas de combate à evasão fiscal. Porém, quero dizer-lhe o seguinte: julgo que, neste domínio, o importante é passar rapidamente das palavras aos actos. Todos os governos foram muito conservadores ao longo dos anos, nesta área, e têm de ser, de facto, mais ousados.

Tenho dito - voltei a dizê-lo ontem





Marques Mendes na Assembleia

e quero aqui insistir - que, para nós, a questão essencial neste domínio é a da quebra do sigilo bancário, de uma forma muito mais clara em matéria da investigação no combate à fraude e evasão fiscais. Consideramos que este é um caminho corajoso, que corta com o conservadorismo, com as rotinas, mas, numa palavra, quem como eu tantas vezes disse que são gravíssimas as fugas e as fraudes no rendimento mínimo garantido tem de ter toda a autoridade e toda a coragem para dizer que são ainda muito mais graves no domínio da evasão fiscal, no domínio daqueles que fogem aos impostos.

Por isso, termino, Sr. Primeiro-Ministro, dizendo que somos oposição, mas estamos aqui, como viu, e como verá, com uma atitude responsável, em obediência aos princípios da coerência e do sentido de responsabilidade.

Sempre dissemos que a despesa é o problema; a solução é combatê-la. Não vamos nós, agora dizer o contrário do que antes dizíamos.

Sempre com um sentido de responsabilidade, porque é o País, em primeiro lugar, o que nos motiva e nos orienta. Foi assim que coloquei a questão há um mês atrás, quando me disponibilizei para um entendimento alargado sobre esta matéria. V. Exa. recusou, mas continuaremos com esta postura, com coerência, autoridade e sentido de responsabilidade.

O País está primeiro!

«Quando o Sr. Primeiro-Ministro quiser falar do passado, eu até lhe sugeria: venha aqui de braço dado com o Eng. Guterres»

Após esta primeira intervenção de Luís Marques Mendes, José Sócrates utilizou mais de sete minutos para tentar negar a utilidade das sugestões que lhe tinham sido feitas, recusando-se a aceitar as ideias exprimidas pelo Presidente do PSD, e logo depois de afirmar que não tinha intenção de atacar o Governo anterior, fez exactamente isso, repetindo o valor do défice previsto pela Comissão Constâncio e pondo as culpas da situação actual nos três anos de Governo anterior, esquecendo convenientemente a situação que tinha levado à fuga dos socialistas e aos graves erros do Governo de que tinha feito parte integrante.

Na réplica, o Presidente do PSD sublinhou que «O Sr. Primeiro-Ministro, tendo começado por afirmar que não queria falar do passado, outra coisa não fez senão falar do Passado...».

Devo dizer-lhe que não tenho qualquer problema em falar-lhe do passado. Hoje ou quando quiser. Mas não me parece que isso seja o mais importante para ajudar a resolver as questões. Quando o Sr. Primeiro-Ministro quiser falar do passado, eu até lhe sugeria: venha aqui de braço

dado com o Eng. Guterres, ou assuma por ele as suas responsabilidades. Eu assumo as minhas. E vamos discutir tudo ante os olhos de toda a gente.

Quanto às questões do adiamento das medidas importantes, que são da sua responsabilidade: não falei delas, mas com sentido construtivo, devo dizer-lhe que tem justificação. Um governo que toma posse no dia 12 de Março, fazer aprova aqui, apenas em 29 de Junho, um Orçamento rectificativo, mais de três meses depois, com toda a franqueza isso só pode ser visto como um protelamento ou um adiamento. E se fala no passado, nós fizemo-lo no espaço de um mês!

Tem todo o direito de o fazer dessa forma, mas se fosse mais rápido seria bem melhor.

Depois, a situação orçamental é grave. Eu sou da oposição, mas considero-me sério e honesto e tenho espírito de abertura para ajudar a resolver as questões. Agora, não confundamos o que não deve ser confundido. Não confundamos défice *estimado* com défice *verificado*. São realidades completamente diferentes. Temos de ser rigorosos.

Há ainda outra falha mais que grave e que o senhor cometeu, quer na sua intervenção inicial, quer na segunda. É o problema das SCUT. Eu considero que um Governo e um Primeiro-Ministro que não tem coragem - repito, coragem! - de impor portagens, em obediência ao princípio do utilizador/pagador, mas

pede mais sacrifícios aos portugueses com mais impostos, é um Governo que não tem autoridade, que não tem coragem.

Como vê, não estou a ir pelo caminho mais fácil que seria dizer que não devia haver portagens! O Senhor, que gosta tanto de falar de coragem, perdeu aqui uma grande oportunidade de demonstrar que a tem. Não é apenas uma questão de despesismo ou de iniquidade. É mais do que isso! É um sinal que o Estado e o Governo deveria dar e que não dá!

Por último, senhor Primeiro-Ministro, lembre-se que eu tenho todo o direito de ter opiniões diferentes do passado. Tenho e terei sempre esse direito!

Por exemplo, na questão do sigilo bancário, há muitos anos que tenho a opinião de que deveria ser levantado em muitos casos. E por isso lhe dei uma sugestão construtiva e gostava de o ouvir sobre isso.

Tenho de defender questões de rigor, de plafonds anuais, ou seja, que o crescimento da despesa, ano a ano, não seja superior a metade do crescimento da riqueza nacional! Isso, de forma que, ano a ano, se possa monitorizar esse crescimento. E o senhor Primeiro-Ministro podia e devia seguir esta sugestão, pois entendo que o problema se deve atacar fundamentalmente do lado da despesa; e acho que é do lado da despesa que temos de ser mis rigorosos e disciplinadores. E a diferença em relação ao passado é esta: o senhor, há três anos, esteve contra o aumento do IVA - e chamou-lhe um "crime económico". O senhor esteve contra todas as medidas, sobre a despesa e sobre a receita, que viessem do anterior Governo. Em contraste, eu - agora que estou na Oposição - compreendo e apoio as medidas que tendam a reduzir a despesa.

Não se lembra, por exemplo, da medida que extinguiu o crédito bonificado? Medida estrutural importante, que agora está a dar resultado! Não se lembra como se opôs tenazmente a ela e com que epítetos a mimoseou?

E é aí que reside a nossa diferença. O aumento dos impostos, sem ser um crime, é um erro. Agora, do lado da despesa, temos uma abertura que o senhor nunca teve no passado e se o Governo cumprir e se isso for no interesse nacional, apoiaremos. Nós somos Oposição ao Governo, não somos oposição ao País!

A resposta de José Sócrates foi, infelizmente, a de fugir às questões, indo para o campo da





Marques Mendes na Assembleia

impossibilidade de “vir aqui de braço dado com o Eng. Guterres, porque ele agora é Alto-Comissário da ONU para os refugiados “o que é motivo de orgulho para Portugal”, algo que nunca disse quando Durão Barroso foi eleito Presidente da EU, um cargo com muito maior importância a nível mundial do que a chefia de uma das agências da ONU, na dependência do seu Secretário-Geral! E voltou a falar do número do défice, fazendo considerações sobre as suas hipotéticas causas e tentando desacreditar a administração anterior, ao contrário do que tinha afirmado não tencionar fazer...

Miguel Frasquilho: diminuição das despesas Sim. Aumento dos impostos, Não!

Quando chegou a vez da segunda intervenção da bancada social-democrata, foi o Deputado Miguel Frasquilho que a realizou, dizendo:

Veio V. Ex.^a apresentar-nos um conjunto de medidas de diversa natureza para **combater o problema do défice**, em Portugal, um problema que todos reconhecemos grave e com raízes estruturais.

Para as **soluções do lado da despesa**, manifestámos já **toda a nossa disponibilidade e abertura**.



O mesmo se passou com as medidas que nos foram apresentadas relativamente ao combate à fraude e à evasão fiscal.

Já no que toca às **medidas do lado do aumento da receita por via do aumento dos impostos**, **não podemos com certeza aprová-las**, porque é a nossa competitividade, o nosso crescimento económico e a criação de emprego que estão em causa.



Mais importante ainda, Sr. Primeiro-Ministro (e nesta altura convém sermos muito claros), é o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro, disse, por mais do que uma vez hoje, que há várias semanas vem trabalhando nestas medidas que hoje nos apresentou.

Muito bem. Então, não nos passa pela cabeça que não haja uma quantificação dessas medidas e que não se saiba qual o impacto é que essas medidas terão do lado da despesa e do lado da receita, para que este défice que, convenhamos, é um défice estimado - se nada fosse feito até ao final do ano possa ser reduzido.

As minhas perguntas são, por isso, muito claras:

1. Que impacto terão as medidas que nos anunciou, do lado da Despesa?

2. Que impacto terão, no défice, as medidas que anunciou do lado da Receita?

3. Finalmente, com essas medidas, qual é o valor do défice que o Sr. Primeiro-Ministro espera revelar, no final do ano, a todos os Portugueses?

É muito importante que obtenhamos respostas simples e concretas a estas questões!

Com a resposta do Primeiro-Ministro a Miguel Frasquilho registou-se um momento interessante do debate, pois que José Sócrates não tentou sequer responder a uma única das perguntas de Miguel Frasquilho, ocupando toda a sua resposta com acusações ao anterior Governo e a declarações de Miguel Frasquilho na legislação anterior, e evitando as questões, dizendo que essas respostas seriam dadas “mais tarde”.

E assim passou o seu tempo de resposta, atitude que deu origem a uma interpelação à mesa por Marques Guedes, que sobre a

condução dos trabalhos propôs a Jaime Gama que o PSD prescindiria da sua terceira pergunta, concedendo esse tempo a Sócrates para que este tivesse a possibilidade de responder, de facto, ao que lhe tinha sido perguntado. A mesa não aceitou a proposta do PSD e assim prosseguiu a ronda de perguntas e respostas, até que chegou, na terceira e última volta, a vez do PSD, protagonizada pelo deputado Hugo Velosa.

As perguntas de Hugo Velosa

Gostaria de lhe dizer que só no fim do debate - e só por muita insistência da Oposição - disse qual era a previsão que o Governo fazia para o défice, no fim do ano, contando com o impacto destas medidas que veio aqui anunciar.

E esta previsão é de um défice de 6,2 %!!!

Ou seja, uma redução de cerca de meio ponto percentual!



Está na acta, foi dito por si!

E desde logo, podemos afirmar que nos parece falta de ambição!

É que estas medidas, com um impacto tão gravoso, no campo social e na economia (que vão ter...) valerão a pena, para reduzir apenas para 6,2%, introduzir estas medidas?

É socialmente mais justo aumentar o IVA (com o impacto negativo que isso tem na nossa economia, nas empresas, na economia real, na vida das empresas) ou acabar com as SCUT?

É que, com as SCUT, há uma maioria de cidadãos que não vai utilizar esse serviço e vai ter de o pagar. O IVA, vão pagá-lo todos. E como já foi dito por todos os grupos parlamentares (à excepção do PS, que neste caso suporta, obviamente, o Governo) e até pelo Sr. Primeiro-Ministro, tem esses efeitos. Negativos. E conduz, quanto a nós, um resultado ineficiente no combate ao défice.

Mas gostaria de lhe deixar mais três perguntas concretas, esperando respostas concretas.

Gostaria de saber qual é, até ao final do ano, a poupança que o Estado vai obter, com as medidas anunciadas para a redução da despesa.

Era bom que soubéssemos, porque este é o lado fundamental da redução do défice. Assim, parece que a redução do défice vai decorrer, este ano, apenas à custa do aumento do IVA, o que - deixe que lhe diga - para nós é muito pouco!

Qual é, pergunto eu, qual é a receita que, até ao final do ano, o Estado pensa arrecadar com o anunciado aumento de impostos?

Será apenas um montante em Euros suficiente para baixar o défice de 6,8% para 6,2%?

Tenho de dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que nos parece curto...

Portanto, a questão fundamental é esta: acha mesmo mais justo, melhor para a economia e melhor para os cidadãos, para atingir este objectivo, aumentar o IVA ou acabar com o regime das SCUT?

Com esta pergunta terminaram as intervenções do PSD no debate. Infelizmente, a esta como a outras perguntas e dúvidas, também Hugo Velosa ficou sem respostas concretas, e ouviu mais generalidades e acusações à actuação passada dos anteriores Governos. Assim terminou um debate que, se alguma História teve, foi a de protelar, adiar e ladear as legítimas dúvidas da Oposição.

- PL



Intervenção sobre o Projecto de Lei que consagra as associações dos direitos e interesses dos utentes do sector da saúde

Deputado Carlos Miranda
Assembleia da República, Maio de 2005

(...)

O Partido Socialista, arrastado pelo Bloco de Esquerda, reedita nesta Assembleia o debate de há menos de um ano sobre as associações de utentes de saúde.

Então, como agora, o Grupo Parlamentar do **PSD interroga-se sobre os verdadeiros objectivos destas iniciativas**, sendo para todos evidente que tais objectivos não transparecem dos clausulados propostos.

Uma coisa é certa:

Os projectos de lei do BE e do PS **não são minimamente convergentes mas profundamente divergentes**.

A adesão a um consome implicitamente a rejeição do outro.

A matriz teleológica de um contradiz a do outro.

E ambos, tal como estão arquitectados, não podem merecer o nosso acordo.

(...)

É incorrecta a ideia que ambos os projectos pretendem fazer passar no sentido de que visam consagrar e enquadrar legalmente as associações de utentes de saúde.

Trata-se de mera propaganda panfletária enganosa.

As associações de utentes, as ligas de amigos, as associações de doentes e outras associações congéneres, nasceram, constituíram-se, adquiriram consagração e enquadramento legal, sem estarem à espera que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda avançassem com os presentes projectos de lei.

(...)

E uma vez constituída a associação, esta prossegue livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas ou do Estado.

Em obediência aos princípios da auto-organização e da autogestão das associações.

E bem assim podem agrupar-se em uniões e federações.

O direito de livre associação é precisamente um direito de auto-defesa perante o Estado.

De forma que, neste aspecto, estes projectos de lei não consagram nem enquadram coisa nenhuma.

E podem mesmo ser mal entendidos quando se põem a discorrer sobre a “independência e a autonomia” em desarmonia com a Constituição e a Lei.

(...)

Outra ideia errada e injusta que

passa por estes projectos é a de que existe um deficit de participação destas associações.

O BE e o PS querem fazer crer que são estes seus “magníficos” projectos que vão consagrar os direitos de participação e de intervenção das associações de utentes, o que é absolutamente errado.

As associações dos utentes de saúde estão já em todo o lado,

dos seus interesses enquanto utentes.

(...)

... **Entidade Reguladora da Saúde**, que dispõe de um **departamento especial de defesa do acesso e da concorrência**; de um **departamento especial de defesa do cidadão e da protecção da qualidade e segurança**, entre outros instrumentos legais que nos transportam para um nível muito

defesa dos consumidores não se aplica aos utentes da saúde, como não se aplica também às profissões liberais.

Com o que deixam os utentes da saúde numa situação mil vezes pior do que aquela em que dizem que estão agora.

É muito perigosa a senda por onde nos querem levar os partidos proponentes, pelo que será melhor arrearpiar caminho.

(...)



obrigatoriamente e por direito próprio, profusamente consagrado.

(...)

...não existe área da saúde que não tenha a participação dos representantes dos respectivos utentes.

E pois, também neste aspecto, os projectos em discussão não trazem nada de novo.

(...)

... ideia que passa por estes projectos e que **pode levar ao engano dos utentes é a de que estes estariam relativamente desprotegidos na defesa dos seus interesses** e que só através de novas leis é que essa protecção se tornaria eficaz.

Já vimos que não é assim.

A sua **presença participativa junto de todas as entidades que têm competência no domínio da saúde** é uma importante **garantia de defesa**

confortável de garantia de defesa dos direitos dos utentes.

(...)

...razão da nossa discordância prende-se com o fenómeno da redundância legislativa.

Querer legislar sobre o que já está legislado.

(...)

Os projectos em discussão são uma duplicação canhestra da LEI DE DEFESA DOS CONSUMIDORES.

Convido as Senhoras e Senhores Deputados a confrontarem estes projectos com a LEI n.º 24/96, de 31 de Julho, cuidadosamente trabalhada nesta Assembleia.

(...)

Ao criar a dicotomia sob a forma de lei especial, estarão a revogar a lei geral, isto é, estão a dizer que a lei de

Uma simples resolução desta Assembleia propondo aperfeiçoamentos concretos nos mecanismos de ligação entre os Utentes e a administração da saúde seria a nosso ver suficiente.

Mas quando o PSD manifesta a sua disponibilidade política para contribuir para a melhoria das condições de funcionamento destas associações cívicas, não se esquece, como faz o PS e o BE, daquelas associações em que o voluntariado é mais genuíno e mais nobre.

Refiro-me às associações de doentes, nomeadamente às associações de doentes crónicos.

Também neste aspecto, os projectos em discussão concebem as associações de utentes mais como plataformas reivindicativas de tipo sindical, do que como plataformas de entreaajuda social, familiar, psicológica e material.

(...)



Intervenção sobre a suspensão das culturas transgénicas com fins comerciais em território nacional

Deputado Ricardo Martins

Assembleia da República, Maio de 2005

(...)

Ao contrário do que muitas vezes se faz transparecer para a opinião pública, a **biotecnologia é uma realidade que convive diariamente connosco**, faz parte do nosso quotidiano. A ela se devem desenvolvimentos científicos cruciais no sector da saúde, da alimentação ou da produção energética e industrial.

Quando vemos um diabético a administrar insulina, sabemos que esta foi sintetizada por bactérias geneticamente modificadas para

tendo por base o princípio da **precaução**, a União Europeia adoptou uma posição mais contida e prudente, estabelecendo, em 1999, uma moratória que visou impedir a implantação de OGM's no seu território.

Esta moratória teve como objectivos primordiais, possibilitar um maior e mais aprofundado debate e conhecimento científico sobre esta matéria, permitindo, simultaneamente, a atempada e necessária produção de legislação adequada que consagrasse os

preparação de normas técnicas de boa prática para o cultivo, permitindo a coexistência entre culturas, legislação, que face às vicissitudes políticas de todos conhecidas, não chegou a ser aprovada e publicada.

O actual governo, na reunião do Conselho de Ministros do passado dia 21 de Abril, aprovou o decreto-lei que regula o cultivo de variedades geneticamente modificadas, visando assegurar a sua coexistência com culturas convencionais e com o modo de produção biológica bem como, o

prioritária e deve iniciar-se no imediato;

e

- Que se deveria, simultaneamente com a aprovação deste pacote legislativo, ter criado um sistema de controlo e fiscalização adequado e credível que possibilitasse o rastreio dos produtos geneticamente modifica-dos ao longo de toda a cadeia alimentar por forma a permitir o controlo e a verificação das declarações inscritas nos rótulos e a retirada de produtos do mercado em caso de detecção de um risco imprevisto para a saúde humana e/ou ambiente.

O PSD recomenda ainda ao Governo:

- **A urgente regulamentação e identificação das zonas livres de cultivo de variedades geneticamente modificadas**, sendo que, e em nosso entender é desejável a **classificação de uma extensa área do território nacional como livre de OGM** por forma a permitir a **introdução faseada** de OGM's na agricultura portuguesa;

- Que na definição de zonas livres sejam tidas em consideração as regiões de relevante valor ambiental bem como assim, as regiões cuja produção de produtos tradicionais de elevada qualidade, certificados ou a certificar, ...;

- Que as áreas onde o cultivo de OGM's venha a ser autorizado sejam alvo de um permanente acompanhamento e monitorização ambiental e económica;

- Que se inicie, **de imediato, um estudo de viabilidade económica** que preveja o impacto na agricultura portuguesa com a introdução das variedades geneticamente modificadas;

Ainda no tocante a medidas tendentes a minimizar a contaminação por pólen, de acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, o Governo fixa distancias mínimas entre culturas GM e culturas tradicionais e biológicas, em 200 e 300 mts respectivamente, mas prevê, **em alternativa**, o estabelecimento de linhas de plantas de bordadura, de uma variedade convencional, como forma de minimizar os riscos de contaminação.

Nós acreditamos que se tratou de um **lapso do comunicado** pois as zonas tampão criadas por linhas de bordadura devem concorrer para reforçar as distancias mínimas de isolamento e não funcionar como um seu substituto. Até porque, se encontra já provado, que a protecção de bordadura de 24 linhas não consegue evitar uma contaminação inferior a 2%.

Exigimos pois ao Governo que, rapidamente, proceda à necessária correcção.



produzirem esta mesma hormona.

A vacina contra a hepatite B deve-se à biotecnologia, assim como o interferão alfa, utilizado no tratamento de variadíssimas doenças nomeadamente, no tratamento de certos cancros, é obra da biotecnologia.

Falar de biotecnologia representa, a par das novas tecnologias de informação e comunicação, falar da nova vaga da economia do conhecimento. Com o recurso à utilização de células ou alguns dos seus componentes, obtêm-se novos produtos, melhoram-se alguns já existentes e desenvolvem-se novos processos industriais. Neste processo, os fenómenos envolvidos são estudados, conhecidos e controlados com elevado grau de precisão.

(...)

O quadro normativo europeu, no domínio dos organismos geneticamente modificados, conheceu, entre 1999 e 2004, uma profunda evolução.

Ao contrário dos Estados Unidos e

seguintes princípios fundamentais:

- **a avaliação dos riscos para a saúde humana e para o ambiente;**

- **a liberdade de escolha dos consumidores**, assente no primado do conhecimento

- **a preservação da biodiversidade através de normas técnicas** que permitam a coexistência entre culturas GM e culturas tradicionais ou biológicas.

E isto foi feito.

(...)

O princípio da precaução foi considerado e ressaltado desde a primeira hora.

Nenhuma cultura geneticamente modificada foi autorizada sem que antes todo o edifício normativo europeu fosse criado e sem que existisse, por parte da **Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos**, uma análise científica que atestasse a inexistência de riscos para a saúde humana e animal. Este mesmo princípio, **o da precaução**, norteou o Governo PSD/PP na

decreto-lei relativo à autorização e supervisão dos géneros alimentícios e alimentos geneticamente modifica-dos para animais. Por tudo o que já ficou dito, o PSD, em coerência com aquela que foi sempre a sua posição no passado sobre esta matéria, **prudente mas aberto à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico**, considera que a biotecnologia é um sector fundamental de afirmação da competitividade da União Europeia e que o cultivo de organismos geneticamente modificados pode ser uma mais valia para a agricultura portuguesa, pelo que dá o seu aval, na generalidade, à regulamentação aprovada pelo Governo, sem prejuízo de considerar que face ao pouco que ainda se conhece desta legislação **esta pode e deve ser melhorada**.

Nomeadamente, considera que:

- Se deveria ter previamente desenhado o **Fundo de Compensação**...;

- A formação dos agricultores que pretendem encetar este processo é



Intervenção sobre a grave situação de seca que o país atravessa

Deputado José Raul dos Santos
Assembleia da República, Maio de 2005

(...)

Encarar os problemas associados à seca como questões conjunturais, denota uma preocupante falta de perspectiva sobre as verdadeiras razões que estão por detrás dos factos.

Tem sido sempre assim. Sucessivos governos têm empurrado para diante o encontro de respostas à altura dos acontecimentos. E o actual está a gerir o problema como se fosse algo que acontece de vez em quando, importando apenas atenuar os efeitos imediatos da seca.

Esta lógica tem de ser posta de parte. Temos de fazer outra leitura de acordo com a realidade que progressivamente se apresenta mais problemática.

A actuação perante o fenómeno da seca tem de ser visto na base da prevenção. Prevenir, antecipar os acontecimentos, é o método que as políticas governamentais têm de seguir no imediato, deixando-se acreditar que seja a mãe natureza venha repor a normalidade climática.

Vivo numa região frequentemente assolada com os efeitos de secas prolongadas e cíclicas. Dizer que os alentejanos suportam melhor o

intenso calor, a crónica falta de água e as culturas perdidas, é não querer ver o que custa estarmos habituados a pesadelos destes. Ninguém se habitua a coisas assim.

Os dados demonstram que a seca extrema aflige sobretudo o Baixo Alentejo, onde os casos dramáticos de sucedem diariamente. O próximo verão vai revelar ao país, a dimensão do pesadelo que estamos a suportar deste o início do ano.

O que lhe está associado vai muito além do abastecimento de água às populações, que aliás não está assegurado e continua a ser protelado, como temos visto no projecto de abastecimento de água em alta, que marca passo desde José Sócrates, quando era Ministro do Ambiente.

Queremos que se olhe o problema da seca com a pertinência que requer e sobretudo com indiscutível competência.

Agora se o actual governo continua apostado em aproveitar as vantagens do estado de graça, para escamotear a falta de respostas ao flagelo da seca, é pensar que as pessoas se podem calar ou conformar com meia dúzia de euros, trombeteados como se fosse a descoberta da pólvora.

Temos de encarar o problema de



outra forma. No nosso país existem meios científicos e técnicos à altura de tratar das questões associadas à seca na forma preventiva.

Deve ser encarado como prática normal fazer a avaliação dos impactes resultantes de um ciclo de seca, antecipadamente, porque já é possível fazê-lo.

Os exemplos que temos colhido na situação actual, dão bem o testemunho do que teria valido em termos económicos, sociais e até políticos, prevenir os efeitos mais

nefastos da presente seca.

O que este novo ciclo de seca nos veio dizer, é que deixou de ser possível actuar como fizemos até aqui. É um fenómeno que se tem revelado progressivamente mais doloroso para as populações do interior do país.

Mas este tipo de interpretações não tem feito eco. Fariam, e imediatamente, se a população de Lisboa ou do Porto tivesse de ser abastecida de auto tanque.

Mil milhões de euros, o montante já anunciado de prejuízos causados pela presente seca, devem avisar-nos para a importância da prevenção. Não podemos continuar a apostar apenas nas medidas paliativas, à espera que chova nos momentos adequados.

A natureza está a zombar cada vez mais, com a estupidez dos homens. Por conseguinte é tempo deste problema ter uma evolução qualitativa, para evitar a aplicação de medidas draconianas num futuro próximo. Basta que no próximo Outono a precipitação não compense a que escasseou em Outubro de 2004, para termos o ano de 2006 dedicado às preces à Nossa Senhora dos Aflitos e na caça aos bodes expiatórios.

(...)

Agenda

Quarta-Feira, dia 01 de Junho de 2005-15:00h

Debate de interesse relevante, requerido pelo GP/PSD
(Sobre as Perspectivas Financeiras da UE)

Quinta-Feira, dia 02 de Junho de 2005-15:00h

Agendamento potestativo, requerido pelo GP/BE
Projecto de Lei n.º 68/X (BE)
(Altera as regras do sigilo bancário para garantir o combate eficaz à fraude fiscal)

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 03 de Junho de 2005-10:00h

Proposta de Lei n.º 9/X (ALRAA)
(Segunda alteração, por apreciação parlamentar, que estabelece um regime especial de registo de prédios situados nos municípios do Corvo, de Lajes das Flores e de Santa Cruz das Flores, bem como dos direitos e ónus ou encargos sobre estes incidentes)

Projecto de Lei n.º 70/X (PS)
Projecto de Lei n.º 85/X (CDS-PP)
(Difusão da música portuguesa na rádio)

Proposta de Lei n.º 8/X (GOV)
(Alteração, que revoga o rendimento mínimo garantido, e cria o rendimento social de inserção)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério das Finanças

Sobre a avaliação da propriedade urbana – coeficiente de localização/ Municípios da Covilhã e Fundão

Dep. Carlos Pinto

Requerimento ao Governo da Região Autónoma dos Açores

Sobre as tarifas praticadas pela companhia aérea SATA para a América do Norte

Dep. José Cesário

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Educação

Sobre a necessidade de dotar as escolas comunitárias dos Estados Unidos da América e do Canadá, que se dedicam com enorme esforço ao ensino do Português, de um mínimo de meios pedagógicos.

Dep. José Cesário

Requerimento ao Governo

Sobre o antigo Hospital Militar da Boa Nova

Dep(s) João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros; Ministério da Educação; Ministério da Cultura

Sobre o ensino do Português na América do Norte

Dep. José Cesário

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a promoção e valorização do ensino português em alguns Estados dos Estados Unidos da América.

Dep. José Cesário

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sobre as carências de pessoal na rede consular portuguesa

Dep. José Cesário

Carlos Coelho apoia reforço do combate ao branqueamento de capitais

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** afirmou em Bruxelas, que é “*necessário proteger a União, os seus Estados Membros e os seus cidadãos reforçando as defesas contra o branqueamento de capitais. Os autores desse crime, disse, não devem poder tirar partido da livre circulação de capitais e da livre prestação de serviços financeiros*”.

Carlos Coelho, no debate da directiva relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais, referiu a necessidade de se abranger, também, o financiamento do terrorismo. “*Não posso deixar de chamar a atenção para o facto de que estamos perante dois tipos de crime com naturezas diferentes:*

- no caso do **branqueamento de capitais** estamos perante a dissimulação de capitais obtidos de forma ilícita, e esta actividade está no núcleo da criminalidade organizada. Combatê-lo eficazmente é enfraquecer drasticamente as redes do crime organizado transnacional.

- *por sua vez, o **financiamento do terrorismo** pode implicar igualmente a utilização de bens adquiridos legalmente para apoiar financeiramente o terrorismo, ou seja, não*



pressupõe que tenha sido cometido um delito, mas é esse financiamento em si mesmo que constitui o delito”.

O Deputado social democrata manifestou o seu apoio ao alargamento do “*campo de aplicação da directiva a outras categorias de profissionais, devendo sempre ter em conta que deverá respeitar-se a **proporcionalidade** na adopção de medidas. As situações de maior risco devem compreender medidas reforçadas e situações de menor risco deverão estar sujeitas a controlos menos rigorosos*”.

Carlos Coelho **congratulou-se**, no entanto, “*com a **manutenção do compromisso** preservando deste modo a **relação de confiança entre advogado e cliente**, pois uma defesa eficaz só pode ter lugar quando exista uma garantia do princípio de confidencialidade*”.

Por outro lado, acrescentou, a 2ª directiva impunha aos Estados Membros o dever de adoptar as medidas sancionatórias em caso de violação da directiva. Todavia, para que haja um combate efectivo é necessário que se imponha também a necessidade de se estabelecerem sanções eficazes, proporcionadas e dissuasoras no direito nacional, em caso de incumprimento das disposições nacionais adoptadas no âmbito da presente directiva”.

A terminar a sua intervenção, Carlos Coelho chamou a atenção para 3 pontos que classificou de essenciais:

“- é importante **fomentar a coordenação e a cooperação entre unidades de informações financeiras**, sem esquecer de as dotar dos meios necessários para poder levar a cabo as suas funções;

- é fundamental **que os Estados Membros que ainda não transpuseram a 2ª directiva relativa ao branqueamento de capitais, o façam o mais rapidamente possível;**

- é urgente proceder à **avaliação da actual legislação relativa ao branqueamento de capitais** e permitir, assim, aferir a respectiva pertinência e as suas concretas repercussões”.

Carlos Coelho com reservas sobre a Agência de Direitos Fundamentais

O Deputado social-democrata **Carlos Coelho** defendeu, em Bruxelas, que “*a defesa e a promoção dos Direitos fundamentais são condições essenciais para o estabelecimento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*”.

Referindo-se à criação da Agência dos Direitos Fundamentais, Carlos Coelho considerou que “*deve evitar-se a multiplicação de agências que constituem duplicação de funções e aumento de encargos. Esta nova agência só se justifica se puder colmatar a falta de mecanismos de recolha de dados e acompanhamento das tendências e processos nos Estados Membros, que não tem funcionado e que dificulta a compreensão da verdadeira dimensão dos desafios e a avaliação da eficácia da legislação e das políticas comunitárias nestes domínios*”.

O Deputado do PSD considera ainda que a nova agência deverá “*absorver as estruturas já existentes*” (Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, cujo funcionamento deixou muito a desejar), cabendo-lhe, apenas, “*emitir pareceres e recomendações e não deverá interferir com o trabalho das instituições que são responsáveis pela tomada de decisões*”.

Deverão ainda ser acautelados indesejáveis conflitos de competências com órgãos paralelos, como o Alto Comissariado para os Direitos Humanos do Conselho da Europa”.

Carlos Coelho **congratulou-se com** “*a iniciativa do Presidente Barroso de criar um grupo de Comissários sobre os Direitos Fundamentais, a anti-discriminação e a igualdade de tratamento, que deverá estabelecer uma estratégia global e coerente em termos de protecção dos Direitos Humanos*”.

Relatório de Duarte Freitas sobre Protecção dos Golfinhos aprovado por unanimidade na Comissão das Pescas

Foi votado em Comissão das Pescas o relatório relativo ao **Acordo Internacional para a Preservação dos Golfinhos (AIDCP)**, para o qual o Deputado Europeu **Duarte Freitas** é relator.

O AIDCP, que tem como principal objectivo reduzir para valores próximos de zero as capturas acidentais de golfinhos envolvidas na pesca de atum com recurso à arte de cerco, pretende ainda garantir uma certificação especial ao Atum capturado na zona do Acordo. Na linha da posição defendida noutros dossiers das Pescas, também aqui Duarte Freitas trabalhou no sentido de garantir soluções que “*defendessem simultaneamente o interesse dos pescadores e consumidores, sem prejuízo dos ecossistemas*”.

Da discussão com as partes interessadas no processo, e de algum trabalho

de pesquisa, resultaram 12 emendas à proposta de Decisão do Conselho apresentada pela Comissão Europeia, onde se salienta a necessidade de reforçar os mecanismos de controle e divulgação dos produtos da pesca amiga do ambiente e dos cetáceos.

Na habitual reunião parlamentar da Comissão das Pescas, Duarte Freitas viu o seu relatório ser aprovado por **unanimidade**.

No final, Duarte Freitas mostrou-se “*satisfeito com o resultado da votação*” salientando a posição “*de coesão e força manifestada pela Comissão das Pescas em torno desta questão*”.

O processo de consulta do Parlamento Europeu encaminha-se agora para o final, devendo o relatório do Eurodeputado português ser votado em plenário na primeira semana de Junho, em Estrasburgo.



Silva Peneda critica Agenda Social da Comissão Europeia

O Deputado social democrata **José Silva Peneda** afirmou, em Bruxelas, que “a revisão da estratégia de Lisboa assenta no triângulo competitividade, crescimento e emprego”.

A propósito da **nova Agenda Social** (2006-2010) apresentada pela Comissão Europeia para lançar a componente social da estratégia de Lisboa, Silva Peneda considerou que esta “ficou aquém das legítimas expectativas”.

Não merece críticas da minha parte, disse Silva Peneda, a filosofia



subjacente de criar um ‘mercado europeu do trabalho’, nem tão pouco o elenco de medidas propostas, tais como a celebração de convenções colectivas de trabalho transnacionais, a promoção do emprego das mulheres, a luta contra a pobreza, ...

A minha crítica é outra. Considero que este instrumento, vago e pouco vinculativo, não é a resposta mais acertada e proporcional à necessidade premente de modernização decorrente dos imperativos de crescimento e

competitividade”.

Concretamente, Silva Peneda considera que “a Agenda Social dá pouca importância às economias locais e às PME enquanto factores essenciais ao desenvolvimento económico e do emprego, responsáveis por mais de 90% da actividade empresarial europeia”.

Por isso, a sensação que fica é de estar perante um catálogo de boas intenções políticas. Dito de outra forma, apesar de concordar com o diagnóstico, receio que o tratamento recomendado não seja o mais apropriado”.

Silva Peneda defende que o aumento do emprego passa pelas regiões e pelas PME

O Deputado do PSD **José Silva Peneda** afirmou, no Parlamento Europeu, que “a criação de mais emprego na Europa vai depender muito do que vier a acontecer nas regiões. Os que não querem entender que o futuro da Europa se vai jogar nas regiões e nas pequenas e médias empresas, são precisamente os mesmos que defendem a redução de meios para as políticas de coesão”.

Estou a referir-me também, acrescentou Silva Peneda, aos subscritores da célebre carta onde se fala dum máximo de 1% do PNB, como contribuição dos Estados Membros para as perspectivas financeiras 2007/2013. Que ninguém tenha dúvidas. A ir por aí não haverá, na Europa, nem mais crescimento económico, nem mais emprego”.

No debate em Plenário das orientações para as políticas de emprego, Silva Peneda salientou que “**não se criam empregos sem empresas**. E estas não surgem sem a existência de agentes empreendedores, que sejam portadores de espírito de iniciativa e de gosto pela assumpção de riscos. Ora, a existência de capacidade de iniciativa depende de vários factores”.

Desde logo, da estabilidade macroeconómica, do aumento da empregabilidade, da existência de boas práticas de governação e, sobretudo, do fomento de uma cultura empreendedora generalizada, o que pressupõe confiança nas políticas e nas instituições”.

Para o Deputado social-democrata, “a confiança não se decreta. No tempo da sociedade do conhecimento só podem adquirir níveis elevados de confiança, os que participam nas grandes redes de decisão. Os grandes grupos e empresas certamente que o farão. Mas as pequenas e médias empresas, que são 99% do total das empresas europeias e que empregam 2/3 dos trabalhadores europeus, estão em clara desvantagem e só poderão fazê-lo se forem capazes de adquirir escala”.

Isso vai depender da forma como forem estimuladas para se juntarem às universidades e aos centros de competência, numa lógica de cooperação activa”.

Silva Peneda sublinhou que “são as regiões que ao afirmarem-se como centros de concepção de políticas, que podem desempenhar um importantíssimo papel: precisamente, o fomento deste tipo de cooperação e, através desta, a generalização da confiança, que é o ingrediente mais decisivo para o aumento do investimento e da criação de emprego”.

Silva Peneda defende apoios às Pequenas e Médias Empresas

O Deputado do PSD **José Silva Peneda** apoiou, em Bruxelas, o reforço do Programa-Quadro para a Inovação e a Competitividade que, no âmbito das Perspectivas Financeiras (2007-2013), a União Europeia instituiu com vista ao apoio das empresas, do **espírito empresarial** e, em especial, da **inovação nas Pequenas e Médias Empresas**.

Silva Peneda salientou o facto do Parlamento Europeu ter reforçado o seu apoio para € 91 milhões para 2006, para realizar uma transição entre os programas vigentes que findam em 2005 e este novo Programa-Quadro.

O Deputado social-democrata justificou o seu apoio a esta iniciativa “já que as PME são o elemento-chave da economia europeia e a alavanca incontornável para alcançar os objectivos de Lisboa. Uma União Europeia mais competitiva, em crescimento económico e com criação de emprego passa inevitavelmente pelas capacidades empreendedoras das PME”.

Silva Peneda defendeu que “para aproveitar plenamente as suas potencialidades, a UE deve adoptar iniciativas que tornem a actividade empresarial mais atraente. Este conjunto de medidas passa, entre outras, pela cultura do espírito empresarial, a atenuação dos receios ligados à tomada de riscos, a criação de um quadro administrativo simples e célere”.

Para Silva Peneda, “apesar das avaliações realizadas aos programas de apoio às PME verificarem que os objectivos pretendidos são alcançados, convinha reforçar a coordenação entre o futuro CIP e os fundos estruturais, num cenário de desenvolvimento regional, alcançado através de parcerias entre agentes locais, regionais e transfronteiriços”.



Festa do PSD/Madeira a 24 de Julho no Chão da Lagoa

Com a presença do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Luís Marques Mendes, decorrerá no Chão da Lagoa no Funchal a Festa anual do PSD da Madeira.

Alberto João Jardim, Presidente do PSD da Madeira, o Vice-Presidente e candidato à Câmara Municipal do Funchal, Miguel Albuquerque e o líder da JSD da Madeira, Filipe Ramos, vão usar da palavra, numa festa-comício que deverá registar a presença de cerca de 40 mil pessoas.

A artista convidada é este ano a brasileira Ivette Sangalo.

PSD-Porto Santo com sede própria e na Internet

O PSD de Porto Santo, para além da sede em edifício próprio, lançou já o seu site oficial na NET, conforme prometido quando das recentes eleições da Comissão Política Concelhia de Porto Santo.

Esta nova aposta defendida por Roberto Silva, líder do PSD em Porto Santo e actual Presidente da Câmara Municipal, é uma forma de adaptar o partido às novas tecnologias de comunicação e vem ao encontro da política de aproximação, quer dos militantes, quer da própria população porto-santense e da juventude local.

Assim, para quem quiser ficar a par das actividades do PSD na Ilha Dourada, poderá agora aceder ao site www.psd-portosanto.com.

Patente neste site, estará a história do partido, os próprios estatutos, terá uma agenda actualizada das



actividades, um espaço reservado a opiniões, uma zona de conversação onde os visitantes poderão colocar as suas questões e dúvidas e uma mensagem do Presidente.

Para já, garantiu Roberto Silva, o site tem o essencial de informação, mas gradualmente vai ser actualizado, para que as pessoas possam saber tudo o que se vai fazendo em Porto Santo.

O Presidente do PSD de Porto Santo espera que esta iniciativa venha a ter grande sucesso junto da juventude.

Alberto João Jardim em Estrasburgo

O Presidente do Governo Regional da Madeira deslocou-se a

Estrasburgo, para participar, no Conselho da Europa, no Plenário Anual do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, em que preside à delegação portuguesa.

A par de reuniões partidárias do Partido Popular Europeu, de que é um dos Vice-Presidentes e de uma promoção sobre a Madeira, devido à actual presidência portuguesa do Conselho, destaca-se uma resolução sobre Regiões Periféricas, que consta da Ordem dos Trabalhos, e é de iniciativa do Presidente do Governo Regional.

Inaugurações de obras na Madeira e Porto Santo

O Presidente do Governo inaugura, no mês de Junho diversas obras públicas e privadas, na Madeira e Porto Santo.

No dia 5 de Junho, encerramento da Exposição-Feira de Vinhos portugueses, que decorre no Centro de Feiras e Exposições da Madeira. Em exposição, mais de 50 marcas de Vinhos Nacionais.

No dia 6, no Concelho de Ponta do Sol, inauguração do enrocamento de protecção à praia da Vila, uma obra de protecção da orla marítima, da responsabilidade do Governo Regional, que ascendeu a 6 milhões de euros.

No dia, inauguração e entrega de 25 novas casas na Freguesia do Jardim da Serra, no Concelho de Câmara de Lobos. Uma obra do Governo Regional, de 2 milhões de euros.

Dia 11 no Concelho de Machico, na Freguesia do Caniçal, é inaugurado o Centro de Saúde do Caniçal, obra do Governo Regional, no valor de 2.500.000,00 euros.

Dia 12, no Concelho do Funchal, na Freguesia de Santo António, inaugurado o Centro Cívico de Santo António. Obra do Governo Regional que ascendeu 7.900.000, 00 euros.

Dia 21, na Freguesia da Camacha, Concelho de Santa Cruz, inaugura-se a estrada Poço do Bolio-Ribeirinha.

Dia 22, na Freguesia do Estreito da Calheta, no Concelho da Calheta é inaugurada a estrada do Lameiro.

Dia 23, no Concelho de Porto Santo é inaugurado o Parque Industrial da Ilha de Porto Santo. Mais tarde, serão entregues 44 lotes infra-estruturados para autoconstrução de habitação a custos controlados, no sítio da Lapeira de Dentro na Ilha do Porto Santo.

Dia 24 o Presidente do Governo Regional preside à sessão solene do Dia do Concelho do Porto Santo, na respectiva Câmara Municipal.

Dia 27, na Freguesia do Estreito, no Concelho de Câmara de Lobos, inauguração da estrada entre Igreja e Viola.

Dia 28 de Junho, Alberto João Jardim preside, no Funchal, à abertura da Conferência sobre o Registo Internacional de Navios da Madeira. Nesse dia, à tarde, inaugura no Concelho de São Vicente a Estação Elevatória.

Dia 29, a ETAR da Freguesia do Seixal, no Concelho do Porto Moniz e à tarde, no Funchal, o Conjunto habitacional da Quinta dos Cedros (Casas de âmbito social).

Dia 30, na Freguesia da Camacha, será inaugurada a Estrada dos Salgados.

No dia 30, no Funchal, o Presidente do Governo é o convidado para um jantar-conferência, promovido por um grupo de mais de 30 jornalistas madeirenses.

Já no mês seguinte, no dia 1 de Julho, celebra-se na Região Autónoma da Madeira, o Dia da Madeira.

Estão previstas celebrações em todos os Concelhos da Região Autónoma, uma sessão solene na Assembleia Legislativa e a inauguração oficial do Fórum de Machico. O Presidente do Governo fará uma deposição de flores no Monumento à Autonomia. Estão previstas diversas provas desportivas e conferências.

– Gab. Imprensa Gov. Reg. Madeira

Notícias da Madeira

Autárquicas 2005 Candidaturas às Câmaras da Região

Da CPR da madeira, recebemos o seguinte Comunicado:

No uso das competências que lhe são conferidas pelos Estatutos do Partido, a Comissão Política Regional da Madeira do PSD, aprovou as seguintes candidaturas às presidências das Câmaras Municipais da Região Autónoma que são as seguintes:

- Funchal – Dr. Miguel Albuquerque
- Câmara de Lobos – Arlindo Gomes
- Santa Cruz – Dr. José Alberto Gonçalves
- Machico – Dr. Emanuel Gomes
- Ribeira Brava – Ismael Fernandes
- Calheta – Manuel Baeta
- Santana – Professor Carlos Pereira
- Ponta do Sol - Engenheiro Rui Marques
- S. Vicente – Dr. Humberto Vasconcelos
- Porto Moniz – Dr. Gabriel Farinha
- Porto Santo – Roberto Silva

Ass.:) O Presidente da Comissão Política Regional



BARCELOS

Dada a impossibilidade de ser realizado o plenário no dia 18 de Junho de 2005, conforme convocatória anterior, altera-se para o dia 2 de Julho de 2005, com a mesma ordem de trabalhos

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no dia 2 de Julho de 2005 (sábado), pelas 21h30, na sede concelhia, na Avenida Alcaide de Faria, 270, 1º Dto., com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Política;
2. Ratificação do candidato à Câmara Municipal.

ALTER DO CHÃO

O Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Portalegre, com o acordo do Secretário Geral do PSD e do Presidente da Comissão Política da Secção, convoca todos os militantes DA SECÇÃO DE Alter do Chão, para estarem presentes numa reunião da Assembleia de Secção a realizar na Estalagem das Varandas em Alter do Chão, dia 7 de Junho de 2005, pelas 21h00 onde estará presente o Secretário Geral Dr. Miguel Macedo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação das eleições autárquicas no concelho.
- Nota:

Tendo em conta a importância do tema, apelamos a todos os militantes no sentido de fazerem um esforço para estarem presentes.

NÚCLEO DE ESMORIZ (SECÇÃO DE OVAR)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Esmoriz, para uma sessão extraordinária, a realizar no próximo dia 7 de Julho de 2005 (quinta-feira), a funcionar em sistema de urna aberta entre as 21h00 e as 23h00, no nº 1463 da

Avenida Dr. Raimundo Rodrigues (na zona pedonal junto ao Monumento aos Pescadores, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão política do Núcleo de Esmoriz.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede concelhia em Ovar, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral convocado para o efeito e deverão ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros da assembleia (a sede encontra-se aberta das 15h00 às 24h00).

As listas candidatas devem ser acompanhadas de declaração de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente, contendo o nome, número de militante e nº de B.I. de cada candidato.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente das alíneas a) e F) do nº 2 do artigo 50º, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para uma reunião plenária, no dia 1 de Julho de 2005, pelas 21h00, na sua sede social em Soza, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e discussão da situação político-partidária;
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais e aprovar o Programa Eleitoral, sob proposta da Comissão Política de Secção.
3. Outros assuntos de interesse para o partido.

Nota:

Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde com qualquer número de militantes presentes.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para uma Assembleia ordinária, a realizar no dia 24 de Junho de 2005, pelas 20h30, no Auditório do Jardim de Infância em Barroelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da hora do dia;
3. Análise político-partidária.



NÚCLEO OCIDENTAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário eleitoral do Núcleo JSD/SOP (Porto), a realizar no dia 01 de Julho de 2005, pelas 19h00, na Sede do Núcleo, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305 – Porto, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
- 2- Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

CONSELHO DISTRITAL de LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital para o dia 1 de Julho de 2005, pelas 21h00, na Sede Distrital, sita na Av.ª José Jardim, n.º 32, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição do representante distrital no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância.

2- Análise da Situação Política.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao plenário, na Sede em cima citada.

2- As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.

3- As urnas permanecerão abertas por um período de uma hora, consequentemente das 22h00 às 23h00.

FIGUEIRÓ dos VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Figueiró dos Vinhos, para o dia 2 de Julho de 2005, pelas 21h00, na Sede da Concelhia, sita na Rua Dr.º Manuel Simões Barreiros, n.º 8, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção;

2- Análise da Situação Política.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao plenário, na Sede em cima citada.

2- As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição, e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.

3- As urnas permanecerão abertas por um período de uma hora, consequentemente das 22h00 às 23h00.

Alteração à Convocatória do Povo Livre de 18 de Maio de 2005

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, vimos por esta forma alterar a convocatória do Povo Livre de 18 de Maio de 2005, referente ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Lisboa, do dia 28 de Junho de 2005.

Retirando-se o primeiro ponto, referente à eleição da Mesa do Conselho Distrital, passando o segundo ponto a ser ponto único.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Lisboa

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se um plenário da Secção de Fafe, para uma reunião no dia 1 de Julho de 2005, pelas 21h30, na Sede do Partido, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Discussão da actualidade

Política;
- Preparação das
Autárquicas.

NÚCLEO de SERAFÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos, convoca-se um plenário do Núcleo da Freguesia de Serafão, para uma reunião no dia 2 de Julho de 2005, pelas 15h00, nas instalações desportivas da Freguesia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos
- Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo de Serafão;
- Eleição da Comissão Política do Núcleo de Serafão.
NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Fafe de acordo com os Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD;

2- As urnas estarão abertas das 15h00 às 16h00 do dia 2 de Julho de 2005.

I Conselho Nacional Ordinário de 2005

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Nacional da Juventude Social Democrata, para uma reunião a realizar no dia 9 de Julho de 2005, pelas 16h00, no Auditório da Associação Industrial do Minho, sito ao Largo da Feira, em Viana do Castelo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:
1- Informações;
2- Análise da situação política;
3- Eleição dos representantes da JSD no Conselho Nacional do Partido Social Democrata.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, em duplicado, à Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD ou a quem estatutariamente a substitua, na Sede Nacional da JSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral;

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários;

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 20h00.

Nota de Serviço

Desfiliação

Os serviços da sede nacional do Partido Social-Democrata proce-derão à desfiliação de todo o militante que o solicite, dando imediato conhecimento do facto, ao requerente e à respectiva Comissão Política de Secção.

Dê-se conhecimento às Comissões Políticas Distritais e de Secção e publique-se no Povo Livre.

Ass) - Miguel Macedo
Secretário-Geral

Cartões de Militante

Os serviços da sede nacional do Partido Social-Democrata providen-ciarão a emissão e o envio, até ao dia 15 de cada mês, dos cartões dos novos militantes inscritos no mês anterior, assim como das segundas vias solicitadas em igual período.

Dê-se conhecimento às Comissões Políticas Distritais e de Secção e publique-se no Povo Livre.

Ass) - Miguel Macedo
Secretário-Geral

Lisboa, 4 de Maio de 2005

Leia, assine e divulgue

POVO LIVRE

TABELA DE ASSINATURAS		BOLETIM DE ASSINATURA	
Continentes	Regiões Autónomas	PSD - Rua de São Castano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 213952140	
6 meses.....16,21€	6 meses.....22,45 €	Nome: _____	
12 meses.....29,93€	12 meses.....38,91 €	Morada: _____	
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> Apoio.....59,86€ </div>		Freguesia: _____	
Estrangeiro		Cód. Postal: _____ Localidade: _____	
	semestral	anual	Assinatura: <input type="checkbox"/> Nova <input type="checkbox"/> Renovação <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/> Anual
Espanha.....	22,45 €	38,91 €	Militante nº _____
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €	Junto envio cheque nº: _____
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €	Segue Vale correio nº: _____
			Junto numerário no valor de: _____
			<i>Assinatura</i>

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

Em Santarém, CPN reúne com as Distritais



No passado dia 22 de Maio a Comissão Política Nacional da JSD reuniu com as Distritais na sede do Partido em Santarém. Fizeram-se representar um número significativo de CPD's que contribuíram de forma activa e pertinente com ideias para actividades e funcionamento da estrutura.

De entre os pontos abordados nesta reunião destacaram-se o programa de formação política da CPN, a comemoração do aniversário da JSD, a participação da JSD na Universidade de Verão 2005, e o preparação do processo Autárquico 2005.

Esta reunião foi a primeira de muitas que se pretende realizar tendo em vista o estreitamento de relações e articulação de trabalho entre a CPN e as CPD's.



Daniel Fanguero em Stº Tirso

No dia 21 de Maio, Daniel Fanguero deslocou-se a Santo Tirso, marcando presença e apoiando o lançamento da candidatura de João Abreu à câmara Municipal dessa mesma localidade. Num discurso em que tocou essencialmente políticas de Juventude, o Presidente da JSD incentivou os Jovens Sociais Democratas do Concelho ao trabalho de apoio ao candidato à Câmara Municipal, tendo em vista uma vitória nas eleições de Outubro próximo.

A seca no Algarve analisada pela JSD distrital

A JSD Algarve organizou no passado dia 20 de Maio, no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro, um Colóquio/Debate subordinado ao tema: "A Seca no Algarve - Consequências e medidas minimizadoras", tendo o elevado número de participantes na iniciativa demonstrado o interesse que a Juventude do Distrito tem pela questão.

Após a apresentação da mesa de convidados, que era composta pelo Eng.º Macário Correia - Presidente da AMAL, pelo Eng.º Carlos Cabrita - representante da Associação Almargem, pelo Eng.º João Entrudo - Presidente da Associação de Jovens Agricultores do Distrito de Faro, e pelo Professor Doutor Nuno Loureiro - docente na Universidade do Algarve, este último fez uma apresentação relativamente ao tema em discussão. Seguiram-se breves intervenções dos restantes membros da mesa, que falaram sobre algumas questões relacionadas com esta problemática focando-se essencialmente sobre a respectiva área de intervenção.



De entre as várias questões levantadas destacou-se da necessidade de criar um Observatório Regional da Seca, que efectue uma análise histórica dos fenómenos meteorológicos da região e proceda ao seu acompanhamento, da necessidade de introdução de sistemas economizadores de água, da realização de fortes campanhas de sensibilização para a poupança de água e da necessidade de reparar algumas condutas, diminuindo assim o desperdício público deste líquido precioso.

Por fim, decorreu uma sessão de perguntas e respostas, em que os participantes tiveram oportunidade de demonstrar o seu interesse, e ver esclarecidas algumas das suas dúvidas. De saudar esta iniciativa que procurou sensibilizar a população jovem algarvia para uma problemática com que se está desde já a debater, e que no futuro próximo, caso não sejam tomadas algumas das medidas atrás referidas poder-se-á tornar ainda mais grave.

Candidaturas ao Sul do Tejo:

Évora, Vila Viçosa, Alandroal e Montemor-o-Novo



Para a corrida à emblemática Câmara de Évora, o PSD vai candidatar António Costa Dieb, presidente da CPD e também da Concelhia social-democrata.

Após ter sido convidado pelo Presidente do partido, Dr. Marques Mendes, submeteu-se ao parecer da Assembleia de Secção de Évora do PSD, onde foi aprovado por unanimidade.

Militante do PSD desde os 18 anos, o homem que se propõe gerir os destinos eborenses no próximo ciclo municipal tem sido nos últimos anos dirigente do PSD, presidindo actualmente a Comissão Política

Concelhia de Évora, bem como a Comissão Política Distrital. O seu percurso político tem-se movido por convicções, ideias e projectos, razão pela qual colhe o respeito e a confiança imprescindíveis para o combate que se avizinha.

António Costa Dieb chegou a Évora para iniciar o seu percurso académico em 1984, na Universidade de Évora, onde concluiu a licenciatura em Sociologia.

Torna-se membro do Núcleo de Estudantes Reformistas da UE e é um dos fundadores da Comissão Académica de Évora, da qual foi também coordenador. Ainda durante a sua vida universitária, é Presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora e membro de Direcção do Centro Desportivo Universitário de Évora, é ainda membro do Conselho Geral dos Serviços Sociais da Universidade e membro da Assembleia Geral. Em simultâneo participou sempre na vida activa da JSD e do PSD.

A par desta participação política e associativa, desempenhou sempre a sua actividade profissional na iniciativa privada. Iniciou-a em 1989, subindo de técnico de formação a formador, assistente comercial, chefe de recursos humanos, adjunto de direcção, director e consultor de varias empresas, sendo hoje director-geral de uma entidade de âmbito nacional com sede no Alentejo.

António Costa Dieb, de 39 anos, casado, pai de uma filha, garante apresentar-se para ganhar e pôr em prática projectos que dêem vida à nossa cidade e concelho que, em seu entender, não tem conhecido uma gestão digna da sua história e das suas gentes.

Com esta candidatura, o PSD acredita que conseguirá unir Évora num consenso de gerações, abrindo o concelho e a região a ideias inovadoras e uma maneira mais enérgica e eficaz de construir o futuro.

Em Vila Viçosa, a escolha dos sociais-democratas recaiu no fadista Nuno da Câmara Pereira, de 53 anos, engenheiro agrário, residente em Sintra e vice-presidente do Partido Popular Monárquico (PPM), sendo deputado eleito nas listas do PSD.

A advogada e ex-campeã de karaté Núria Gomes, de 24 anos, vai ser a candidata do PSD à Câmara Municipal de Alandroal (PS) nas eleições autárquicas de Outubro, anunciou a distrital social-democrata de Évora.

Praticante de artes marciais desde 1987, com vários títulos conquistados em Portugal e no estrangeiro, Núria Carla Ramires Cebola Gomes é licenciada em direito e dirige a secção do PSD de Alandroal, a cuja assembleia municipal concorreu nas últimas autárquicas, em 2001.

A distrital de Évora do PSD anunciou também a candidatura de José Claudino Trejeira, 70 anos, capitão na reserva, à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, no exercício do terceiro mandato consecutivo, José Trejeira já foi vereador do município local, eleito pelo PSD. Natural e residente em Montemor-o-Novo, desenvolveu a sua carreira na vida militar, onde fez igualmente formação e cumpriu comissões na Índia, na Guiné e em Angola, tendo recebido 16 louvores e 6 condecorações.

Foi durante 9 anos presidente de uma associação prestigiada no concelho,

o “Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo” e foi fundador e membro activo do Agrupamento de Escuteiros.

Eleito vereador na Câmara de Montemor-o-Novo, cumpriu mandato no pelouro da Protecção Civil, desenvolvendo trabalho que foi reconhecido.

É militante activo do PSD desde 1995, participou em campanhas e integrou listas e órgãos executivos do partido desde sempre. Fez parte de várias comissões políticas concelhias e integrou assembleias concelhias e distritais e é o actual presidente da Mesa da Assembleia na secção de Montemor-o-Novo. – **CPD de Évora**

PSD e CDS do Algarve oficializaram coligação em Portimão

As estruturas distritais do Algarve do PSD e do CDS, oficializaram na segunda-feira, um acordo de coligação no concelho de Portimão, para as eleições autárquicas de Outubro, o primeiro registado na região algarvia.

O documento que cria a coligação “Portimão Primeiro” será ratificado pelos líderes do PSD, Luís Marques Mendes, e do CDS, no dia 10 de Junho, durante o jantar de apresentação pública de João Amado, cabeça de lista proposto pelos sociais-democratas.

Mendes Bota, líder do PSD/Algarve, explicou que “foi fácil chegar a um entendimento para Portimão” e lamentou que “não tivesse sido possível estender o acordo a outros concelhos da região algarvia”.

Segundo Mendes Bota, existia já um acordo entre as concelhias dos dois partidos “para apresentarem um projecto coerente, com força, capaz de pôr fim a 30 anos de poder socialista no concelho”.

“Quando as coisas são feitas de baixo para cima, torna-se mais fácil o entendimento”, observou o líder dos sociais-democratas algarvios.

Em sua opinião, a coligação “abrangerá, muito em breve, outros partidos, cidadãos independentes e forças vivas da sociedade que acreditam na mudança de Portimão”.

Segundo Mendes Bota, a coligação defende “uma administração transparente, isenta e célere, urbanismo e ordenamento, qualidade turística, tecido empresarial moderno, infra-estruturas básicas, justiça social, cultura e ensino, espaços verdes e a afirmação como capital do Barlavento”.

“A falta de capacidade de gestão, planeamento, o desleixo e desmazelo fizeram com que Portimão seja hoje um concelho mergulhado no caos urbanístico, uma autêntica selva de betão”, acrescentou Mendes Bota.

O candidato proposto pelo PSD e apoiado pela coligação, o médico João Amado, disse ter aceite “o desafio por sentir a necessidade de dar um novo rumo a Portimão, condizente com a sua história”.

Entre os exemplos de má gestão socialista, João Amado apontou a “iminentes perda dos terrenos onde o Portimonense tem instalado o seu estádio”.

“A autarquia devia ter feito mais, como intervir junto de grupos privados para negociar a compra dos terrenos, para o Concelho e eventual utilização pelo clube mais emblemático e de Maio historial do Concelho e um dos grandes do Algarve”, sustentou.

– Fonte: Lusa



Em Almodôvar, Marques Mendes apresenta e apoia candidatos do PSD

No dia 26 do mês passado, o líder do PSD, Luís Marques Mendes, deslocou-se a Almodôvar, para um jantar de apresentação oficial da recandidatura, pelo PSD, do actual presidente da Câmara Municipal, António Sebastião, às eleições autárquicas de Outubro.

Na apresentação, que foi também dos cabeças de lista à Assembleia Municipal e 8 Assembleias de Freguesia), usaram da palavra o Presidente da Comissão Política de Secção do PSD, Manuel da Palma, o actual Presidente da Câmara Municipal e candidato e este órgão, António Sebastião e o nosso Presidente, Dr. Luís Marques

como o mel, medronho, queijos e enchidos, sem descorar a continuação de uma verdadeira política social iniciada em 2002 na área da habitação, apoio às mais carenciados – jovens e idosos.

Por último reiterou a importância da candidatura do PSD como um espaço aberto a todas as pessoas que gostam da sua terra independentemente do partido a que pertencem e enalteceu a grande qualidade dos nossos candidatos.

Marques Mendes salientou a importância desta candidatura, numa zona de particular dificuldade, onde o PSD conta com menos eleitos, que desempenham a sua missão com



Mendes.

Da intervenção de António Sebastião podemos realçar a avaliação do mandato em curso, designadamente dos investimentos na área social, equipamentos, vias de comunicação e abastecimento de água e ETARS e iluminação, recuperação do património, cultura, desporto e juventude.

Realçou ainda a aposta numa gestão aberta e participada com a realização de inúmeras reuniões periódicas com as populações e apresentou as grandes linhas mestras do próximo mandato – desenvolvimento económico, apoio às pequenas e micro empresas, ordenamento do território, investimentos em grandes obras estruturantes, requalificação urbana e qualificação de produtos endógenos

entusiasmo e elevado espírito cívico, lembrando que são esses os que merecem mais atenção e apoio do Partido, para obterem novos mandatos, “não para se servirem, as para servir a população da suas Terras, o que é, realmente, o mais importante”.

Falando da situação política actual do País, considerou um “erro” o aumento de impostos anunciado quarta-feira pelo governo, defendendo a redução da despesa pública como a verdadeira solução para combater o défice.

“O primeiro-ministro cometeu um erro, aumentando os impostos, e deu um contributo que não é bom para os portugueses, para as empresas e para a economia nacional”, afirmou o líder social-democrata.

Como alternativa ao aumento de



impostos, o presidente do PSD preconizou, durante o seu discurso, um “critério exigente mas saudável” que consiste num programa plurianual para reduzir a despesa pública.

“É dizer ano a ano que as despesas do Estado não podem crescer mais de metade do que cresce a riqueza do país”, explicou Marques Mendes, que se mostrou disponível para colaborar com o governo socialista em todas as medidas para reduzir a despesa pública, ao contrário - segundo disse - do PS que, “quando estava na oposição, não apoiou nenhuma medida de poupança vinda do PSD”.

“Sou oposição ao governo, não sou oposição a Portugal, e tudo aquilo que venha do governo e que seja bom para o interesse nacional terá o meu apoio. Tudo aquilo que não seja bom, como o aumento dos impostos, terá a minha crítica e a minha censura”, disse.

A plateia contava com mais de 600 pessoas, pelo que a iniciativa revestiu-se da maior importância, sendo seguramente o maior evento político realizado no Concelho de Almodôvar.

– Concelhia de Almodôvar do PSD

